



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638649 - SP (2021/0001352-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DENIS CARAMIGO VENTURA  
**ADVOGADO** : DENIS CARAMIGO VENTURA - SP368565  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : T H N  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de T. H. N. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1502357-20.2018.8.26.0624).

O paciente foi condenado às penas de 10 anos e 8 meses de reclusão em regime inicial fechado, como incurso no art. 217-A, *caput*, na forma do art. 71, *caput*, do CP, sanção confirmada pelo Tribunal estadual, em grau de apelação, tendo a condenação transitado em julgado.

Sustenta o impetrante que a defesa, tampouco o apelante teriam sido intimados do acórdão da apelação, tendo sido expedido mandado de prisão em desfavor do sentenciado, o que evidenciaria o prejuízo e a nulidade absoluta do feito.

Requer, liminarmente e no mérito, a anulação da certidão de trânsito em julgado da condenação operada em desfavor do sentenciado, com a abertura de prazo para a defesa se manifestar nos autos, bem como o cancelamento da expedição do mandado de prisão, ou, se já expedido, a expedição de seu contramandado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais "a jurisprudência firmada por esta Corte Superior de Justiça dispensa a intimação pessoal do réu do acórdão que julga a apelação, sendo suficiente a intimação pelo órgão oficial de imprensa, no caso de estar assistido por advogado constituído, ou pessoal, nos casos de patrocínio pela Defensoria Pública ou por defensor dativo, como ocorreu no caso." (HC 353.449/SP, QUINTA TURMA, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJe 30/8/2016)" AgRg no HC 619.391/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 3/11/2020, DJe 12/11/2020.)

Em arremate, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente